

município de

santa  **cruz**
madeira



CADERNO DE ENCARGOS

CONSULTA PRÉVIA

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE CURTO
PRAZO PARA A DIMINUIÇÃO DE PERDAS NO SISTEMA DISTRIBUIDOR DE
ÁGUA POTÁVEL DO CONCELHO DE SANTA CRUZ**

Capítulo I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual por consulta prévia, em conformidade com a alínea c) do nº 1, do artigo 20º, do Decreto-Lei nº 18/2008 do Código dos Contratos Públicos, que tem como objeto principal a **aquisição de serviços para a elaboração de um plano de curto prazo para a diminuição de perdas no sistema distribuidor de água potável do concelho de Santa Cruz.**

Cláusula 2ª

Contrato

O contrato será redigido a escrito, em conformidade com o disposto no nº 1, do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e com observância dos procedimentos referidos nos artigos subsequentes do mesmo diploma (artigo 94º a artigo 106º).

Cláusula 3ª

Prazo

O contrato a celebrar manter-se-á em vigor durante **cinco meses a partir da data de assinatura do contrato** em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4ª

Preço base

1. O preço base a considerar para a prestação dos serviços descritos no presente Caderno de Encargos é **de 55.000,00€ (cinquenta e cinco mil euros)**, ao qual é adicionado o valor da taxa de IVA em vigor.
2. Após a execução do objeto do presente procedimento adjudicatório, o Município de Santa Cruz deverá pagar ao prestador o preço constante da proposta, taxa legal de IVA em vigor.

Capítulo II

OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 5ª

Fases e forma da execução do contrato

Os serviços deverão ser efetuados em articulação com os serviços afetos à Secção de Águas do Município de Santa Cruz, de acordo com as cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6ª

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possa vir a ter conhecimento, relativa à entidade adjudicante, no decorrer da execução do contrato.
2. A informação coberta pelo dever de sigilo, não pode ser transmitida a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação que seja comprovadamente do domínio público, à data da respetiva obtenção pelo prestador dos serviços, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7ª

Faturação e condições de pagamento

1. As faturas deverão ser emitidas em conformidade com os serviços efetuados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
2. Os pagamentos far-se-ão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de entrada da correspondente fatura nos serviços municipais, a qual, obrigatoriamente, deve indicar o número de requisição externa correspondente.
3. O faseamento dos pagamentos serão os seguintes:
 - a) Entrega do plano de trabalhos: 15%
 - b) Entrega do plano de curto prazo: 55%



- c) Aprovação do plano de curto prazo ou trinta dias depois sem alterações solicitadas: 30%

Cláusula 8ª

Resolução do contrato pelo contraente público

1. O contraente público pode resolver o contrato, a título sancionatório, sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, logo que ocorram quaisquer das seguintes circunstâncias, por razões imputáveis ao co-contratante:
 - a) A execução do contrato se encontre gravemente prejudicada;
 - b) A prática de atos dolosos ou negligentes que alterem o bom fornecimento;
 - c) O não cumprimento definitivo das obrigações assumidas em todo o articulado do presente Caderno de Encargos.
2. O direito de resolução, referido no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao co-contratante.
3. A resolução não prejudica o pagamento ao co-contratante dos fornecimentos já realizados, em conformidade com o contrato.
4. Para efeitos do disposto no número 1, considera-se que existe incumprimento definitivo, quando se verificar que as prestações em execução do contrato, não correspondem às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo co-contratante.

Cláusula 9ª

Resolução por parte do fornecedor

O fornecedor pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º, do Decreto-Lei nº 18/2008 (Código dos Contratos Públicos).

Cláusula 10ª

Caução

Não será exigível a prestação de caução nem realizado retenções nos pagamentos nos termos do artigo 88º CCP.

Capítulo III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 11ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 12ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras, quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, a identificar no contrato a celebrar.
2. Qualquer alteração das informações do acordo, constantes no contrato, deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 13ª

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 14ª

Obrigações do prestador

1. Sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, a obrigação principal de disponibilizar o usufruto dos bens identificados, no presente Caderno de Encargos, de acordo com as características, especificações técnicas e prazos estipulados.

2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade da aquisição.
3. O adjudicatário é responsável perante o Município de Santa Cruz de qualquer defeito ou discrepância do objeto do contrato.
4. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente:
 - d) A manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que digam respeito ao Município de Santa Cruz;
 - e) A comunicar, antecipadamente, ao Município de Santa Cruz os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
 - f) A não alterar as condições contratadas;
 - g) A recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à integral execução do contrato.

Cláusula 15ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. Constituem obrigações da parte adjudicante:
 - a) Pagar, no prazo acordado, a fatura emitida pelo adjudicatário.
 - b) Monitorizar o cumprimento contratual, no que respeita às respetivas condições.

Cláusula 16ª

Penalidades

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária de até 20% (vinte por cento) do preço contratual.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.
3. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as penas pecuniárias devidas, nos termos da presente cláusula.

4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula, não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 17ª

Casos de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais, limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este integre, bem como sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais, de natureza sancionatória ou de outra forma, resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções, se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar caso de força maior, deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Cláusula 18ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 19ª

Gestor de contrato

Em cumprimento do disposto no artigo 96.º n.º1 alínea i) do CCP, o dono da obra designa um gestor de contrato para acompanhamento permanente da execução deste, com a seguinte identificação: Nome: Gustavo Alonso de Gouveia Caires, Chefe de Divisão de Águas e Saneamento, contacto 910216870, endereço eletrónico gustavocaires@cm-santacruz.pt

Cláusula 20.ª

Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais

1. A Segunda Outorgante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela Primeira Outorgante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. Os dados pessoais a que a Segunda Outorgante tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Primeira Outorgante.
4. No caso em que a Segunda Outorgante seja autorizada pela Primeira Outorgante a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços, o mesmo será a única responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.

5. A Segunda Outorgante obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais (Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, doravante designada por LPDP) e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a Segunda Outorgante celebra com outras entidades por si subcontratadas.
6. A Segunda Outorgante obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:
 - a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
 - b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
 - c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
 - d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Primeira Outorgante esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
 - e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Primeira Outorgante contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
 - f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.
7. A Segunda Outorgante será responsável por qualquer prejuízo em que a Primeira Outorgante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.
8. Para efeitos do disposto no número anteriores da presente cláusula entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à Segunda Outorgante, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestador de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a Segunda Outorgante e o referido colaborador.
9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

Capítulo IV

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 21ª

Objetivo

1. Com a finalização este ano da 2ª e última fase do Projeto “Diminuição de Perdas no Sistema Distribuidor de Água Potável do Concelho de Santa Cruz”, passou o Município a dispor de uma ferramenta indispensável de planeamento, como que um “guião” para um conjunto de obras e procedimentos a desenvolver no futuro para que se possa atingir um patamar de perdas minimamente sustentável, com o objetivo final de 15% da adução, estando as mesmas atualmente num valor de cerca de 75%.
2. No entanto, até à execução total desse projeto, provavelmente necessitar-se-ão, no mínimo, de 5 anos, desde os procedimentos de contratação pública até à conclusão da obra, pelo que só a partir de 2026 é que poderá estar executado.
3. A grandeza e complexidade da obra obriga-nos ao faseamento da sua execução, começando-se a obter resultados para as zonas executadas inicialmente, mas ficando as posteriores com piores desempenhos, pelo que será necessária uma gestão preventiva da rede.
4. Com efeito, será necessária a execução de um Plano de Curto Prazo, essencialmente focado nas perdas reais que, com custos de obra quase insignificantes, permitirá que, nos poucos meses correspondentes à sua execução, se consiga reduzir substancialmente as perdas de água.
5. Assim, é objetivo global do plano a análise da situação atual e proposta de novas regulações “intermédias” para VRP existentes de modo a diminuir as excessivas pressões existentes conducentes a enormes perdas de água, mas sem pôr em causa o abastecimento às populações. Em complemento a este objectivo global haverá ainda que:
 - 5.1. Determinar da eventual necessidade ou importância de implantação de VRP intermédias em algum dos locais já previstos no Projeto de Redução de Perdas (“Diminuição de Perdas no Sistema Distribuidor de Água Potável do Concelho de Santa Cruz”), que seriam instaladas com *settings* “provisórios”, ou seja, até à sua recalibração aquando da obra correspondente ao Projeto referido;
 - 5.2. Definir, por Área de Influência e patamar de energia, as zonas preferenciais para efectuar um sistemático e criterioso Controlo Activo de Perdas.

Cláusula 22ª

Caracterização da situação atual

- Atualmente as perdas totais de água no Concelho de Santa Cruz situam-se em cerca de 7 milhões de m³/ano, correspondentes a, aproximadamente, 75% da água entrada no sistema, perdas essas correspondentes a um prejuízo direto de cerca de 2,5 milhões de €/ano. Indiretamente provocam também outros gastos, por exemplo energéticos, manutenção, reparação de roturas, desinfecções, etc..
- No Projeto de Redução de Perdas previram-se Objetivos de Curto e Médio Prazo, respetivamente no pós-obra e 15 anos após isso, com os correspondentes valores que se apresentam no Quadro seguinte:

Diminuição de Perdas nos Diferentes Cenários

Cenário	Entrada	Faturado	Ap+UANF	Reais	Perdas		Red. P. Reais		Red.Perdas
(-)	(m3)	(m3)	(m3)	(m3)	(m3)	(%)	(m3)	(%)	(m3)
Base	9.574.741	2.444.474	488.895	6.641.372	7.130.267	74,5	-	-	-
O-CP	6.433.975	2.444.474	488.895	3.500.606	3.989.501	62,0	3.140.766	47,3	3.140.766
O-MP	3.255.681	2.767.329	166.040	322.312	488.352	15,0	6.319.060	95,1	6.641.915

Cláusula 23ª

Trabalhos a apresentar

- No âmbito da prestação de serviços, o adjudicatário deverá assegurar o seguinte tipo de trabalho/tarefa:
 - Criação de uma superfície de energia para o Concelho, em ambiente SIG, em situação dinâmica de ponta;
 - Verificação, por patamar energético atual, de qual o edifício crítico;
 - Também por patamar energético, determinação do *setting* mínimo da VRP de montante de cada um, de forma a garantir a energia mínima nos edifícios críticos;
 - Na posse desses dados, criação em modelo EPANET desse cenário de “futuro intermédio”;
 - Verificação e afinação dos *settings* previamente determinados, também em ambiente EPANET;
 - Determinação da eventual necessidade de implantação de VRP intermédias em algum dos locais previstos no Projeto de Redução de Perdas, que seriam instaladas com *settings*

“provisórios”, ou seja, até à sua recalibração aquando da obra correspondente ao projeto referido;

- g) Análise de perdas, determinando a recuperação de perdas expectável por Área de Influência;
 - h) Elaboração de proposta de faseamento dos trabalhos de campo de recalibração de VRP, por zona e Área de Influência;
 - i) Peças desenhadas, para uma cabal e inequívoca implementação do previsto em gabinete;
 - j) Memória descritiva e justificativa do trabalho efetuado.
2. De todas as peças produzidas, serão entregues 1 coleção completa em papel, bem como uma em suporte informático.

Cláusula 24ª

Dados fornecidos pelo Município

1. Ao adjudicatário o Município fornecerá os seguintes dados de base, previamente discutidos em sede de reunião preliminar de arranque dos trabalhos:
- a) Cadastro da rede de distribuição, em formato digital;
 - b) Cartografia em formato digital;
 - c) Caracterização de Reservatórios (no mínimo Nme e NPA) e Estações Elevatórias;
 - d) Caracterização das admissões a reservatórios em termos de eventuais regulações existentes, nomeadamente válvulas altimétricas, reguladoras de caudal, etc.;
 - e) Esquema altimétrico do sistema distribuidor atual;
 - f) Lista de consumos dos clientes;
 - g) Cota de beirado das edificações em altura;
 - h) Informação disponível sobre as roturas dos últimos anos;
 - i) Valores médios de compra e venda do m³ de água, atual e eventuais alterações previstas;
 - j) Balanço Hídrico (BH) global nos últimos 5 anos;
 - k) Informações consideradas relevantes pelo Município de Santa Cruz para este trabalho, quer em termos de caracterização local e/ou pretensões do mesmo, quer relativamente a características técnicas a adotar no trabalho.